

Consumidor brasileiro está mais consciente, diz pesquisa

Levantamento do DataSenado mostra que maioria da população tem conhecimento dos seus direitos e sabe recorrer aos órgãos de proteção, em caso de dúvida

Consciente de seus direitos e bem informada de que instrumentos dispõe para defender-se contra eventuais abusos. Esse é o perfil da maioria dos consumidores brasileiros, segundo os resultados de pesquisa do DataSenado realizada em 119 municípios por meio de telefone. Foram ouvidos 1.176 brasileiros maiores de 16 anos e, entre eles, a maioria vai às

compras orientada sobre as corretas relações de consumo: 84% dizem ter ouvido falar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que completa 20 anos amanhã, e 98% conhecem a existência dos órgãos que recebem e dão solução para as queixas dos compradores (os procons). Para a maioria dos entrevistados (90%), vale a pena reclamar. **3**

A exata noção dos direitos

A maioria das pessoas sabe da existência de uma legislação específica para proteger o cidadão dos abusos cometidos por empresas e prestadores de serviços



Fonte: DataSenado

Homenagem à profissão de administrador em Plenário

A importância dos administradores para o desenvolvimento nacional foi destacada pelos senadores na sessão que comemorou os 45 anos da regulamentação da profissão. **4**



Na tribuna, Roberto Carvalho Cardoso, presidente do Conselho Federal de Administração

Waldeir Barreto/Senado Federal

Tornam-se leis mais projetos aprovados pelo Senado **2**

Ministério da Justiça, TSE e Polícia Federal firmam acordos **3**

Novo CPC vai distribuir Justiça, diz relator

Durante audiência pública com objetivo de ouvir sugestões para aperfeiçoar o projeto de novo Código de Processo Civil, o senador Valter Pereira garante que nova legislação trará benefícios para toda a sociedade. **4**

Comissão temporária reuniu-se ontem com juristas, advogados e outros agentes de Direito em São Paulo. Hoje, debate será em Florianópolis



Antônio Carreto

Já são lei nove projetos aprovados pelo Plenário

Presidente da República sanciona nove dos 12 projetos acolhidos no período de esforço concentrado, veta parcialmente dois e totalmente um

JÁ VIRARAM LEI nove dos 12 projetos aprovados pelo Senado e enviados à Presidência da República nos períodos de esforço concentrado realizados em agosto e setembro. Duas dessas leis receberam vetos parciais do presidente. Já o PLC 31/07 – que tratava da presunção de paternidade nos casos em que o suposto pai se recusa a fazer o teste de DNA – foi totalmente vetado.

Entre as matérias sancionadas, destacam-se a Lei 12.317/10, que fixa em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos assistentes sociais, proposta pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 152/08; e a mudança na organização das Forças Armadas para realçar sua subordinação ao poder civil. O projeto (PLC 10/10), transformado na Lei Complementar 136/10, reforça as atribuições do Ministério da Defesa e unifica as operações das três forças.

Ainda aguardam avaliação do Executivo o PLC 89/06, que regulamenta os casos de invalidez e de incapacidade física para as Forças Armadas, e o PLC 134/10, que cria cargos em comissão no Ministério da Fazenda.

Vetos parciais

Receberam vetos parciais do presidente o Projeto de Lei de

Novas leis

Lista dos projetos aprovados recentemente e sancionados

Lei 12.317/10 regulamenta jornada dos assistentes sociais; **LC 136/10** cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; **Lei 12.319/10** regulamenta a profissão dos tradutores de Libras; **Lei 12.316/10** institui 30 de junho como Dia do Fiscal Federal Agropecuario; **Lei 12.314/10** cria a Secretaria de Saúde Indígena no Ministério da Saúde; **LC 137/10** autoriza a União a participar de fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural, conhecido como Fundo de Catástrofe; **Lei 12.312/10** cria cargos de técnico e auxiliar de laboratório no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Lei 12.311/10** doa imóveis da Universidade Federal de Goiás à Universidade Federal de Tocantins; **Lei 12.310/10** doa a Mato Grosso áreas de domínio federal nas glebas Maiká.

Conversão (PLV) 8/10 – transformado na Lei 12.314/10, que fortalece secretarias ligadas à Presidência da República e cria, no Ministério da Saúde, uma área para cuidar exclusivamente da saúde indígena – e o PLC 22/10, conhecido como Fundo de Catástrofe, transformado na Lei Complementar 137/10. Esta permite à União participar como



Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) empossa assistentes sociais: jornada da profissão é regulamentada

cotista de fundo destinado à cobertura suplementar de riscos do seguro rural, nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal.

Aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto (PLC 325/09) que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais (Libras) também recebeu vetos parciais ao ser transformado em lei (Lei 12.319/10). O presidente vetou a exigência de formação em nível superior.

Os vetos presidenciais devem ser examinados pelo Congresso em sessão conjunta de deputados e senadores. Os dispositivos da lei que não foram vetados já vigoram desde a sanção. Para o veto presidencial ser rejeitado, são necessários os votos da maioria absoluta dos parlamentares de cada uma das Casas (41 senadores e 257 deputados). A matéria cujo veto for rejeitado é enviada novamente ao presidente para promulgação.

Os senadores votaram 83 proposições nas sessões realizadas em Plenário em agosto e setembro, sem contar as matérias apreciadas terminativamente pelas comissões.

Sancionada nova tramitação de recurso judicial

A lei que moderniza a tramitação do agravo de instrumento em processos judiciais foi sancionada ontem pelo presidente Lula. A nova legislação altera o Código de Processo Civil (CPC) e transforma o agravo de instrumento – recurso interposto contra decisão que não admite o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) ou o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) – em agravo nos próprios autos.

Com a mudança, o agravo, que antes tramitava de maneira

separada da ação principal, passará a ser apresentado nos autos existentes, sem a necessidade de tirar cópias de todo o processo e iniciar novo trâmite. Segundo o presidente do STF, Cezar Peluso, a nova lei, além de trazer celeridade processual, torna mais econômica a interposição desse tipo de recurso. A mudança entra em vigor 90 dias após a publicação no *Diário Oficial da União*.

– As grandes mudanças de caráter permanente não são de saltos, são pequenos passos, mas extremamente significativos

como esse – comentou Cezar Peluso após a cerimônia, que teve a presença também do ministro do STF Gilmar Mendes; do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; e do autor da lei, deputado Paes Landim (PTB-PI).

O projeto da Câmara dos Deputados (PLC 192/09) foi votado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado durante o esforço concentrado realizado no início de agosto.

Concurso de redação do Senado já está no Twitter

Para se aproximar ainda mais dos estudantes e manter contato direto com as secretarias de Educação e com escolas públicas, a Secretaria de Relações Públicas do Senado lançou no Twitter o perfil do 3º Concurso de Redação do Senado Federal (@redacaosenado).

De acordo com a coordenadora de eventos da Secretaria de Relações Públicas, Márcia Yamaguti, o Twitter permite maior agilidade e interação com o público-alvo do certame – alunos e instituições da área de educação.

– É uma forma inteligente e rápida de manter contato e divulgar informações – explicou a analista de Relações Públicas.

Em homenagem ao cinquentenário da capital federal, a terceira edição do concurso

tem como tema “Brasília, capital dos brasileiros”. O objetivo é incentivar a reflexão sobre o papel da capital nos destinos da nação. Podem participar alunos com idade entre 16 e 19 anos, que curse os dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais de todo o país.

As escolas em que estudarem os alunos classificados nos três primeiros lugares serão premiadas com computadores, livros e DVDs para o acervo da instituição. Os 27 estudantes finalistas, um de cada estado, receberão um microcomputador portátil e ganharão uma viagem a Brasília.

A premiação ocorrerá em 19 de novembro, no Congresso Nacional. As inscrições se encerram em 30 de setembro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para discursos

14h A sessão plenária de hoje não tem pauta de votações.

CPC Quarta audiência pública, em Florianópolis

9h30 Audiência pública, em Florianópolis, da comissão temporária destinada a examinar o projeto de lei que reforma o Código de Processo Civil.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Adelmir Santana • Acir Gurgacz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

TSE firma acordos para dar segurança às eleições

O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, assinaram ontem três acordos de cooperação técnica com o objetivo de garantir a segurança das eleições deste ano.

Um dos acordos visa combater possíveis fraudes e desvios em financiamentos de campanhas eleitorais e de atividades partidárias. Um laboratório de tecnologia contra lavagem de dinheiro (LAB-LD) também será disponibilizado. Trata-se de um centro difusor de técnicas e métodos para a produção de informações voltadas à investigação de crimes que disfarçam a origem de recursos ilegais.

– Não partimos do pressuposto de que todas as contas passam por lavagem de dinheiro. Usaremos o programa se tivermos, eventualmente, a suspeita de que as contas foram alimentadas com recursos ilícitos – afirmou Lewandowski.

A integração do TSE ao Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (Sinric) é o objetivo do segundo acordo. O terceiro diz respeito à atuação da Polícia Federal. Além de prover efetivo policial para garantir segurança nas eleições, a PF fornecerá relatório anual sobre inquéritos policiais instaurados e indivíduos investigados por crime eleitoral.

Ministro do STF rejeita recurso de Joaquim Roriz

Recurso do ex-senador Joaquim Roriz contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que rejeitou sua candidatura ao governo do Distrito Federal foi negado na madrugada de quinta-feira pelo ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), com base na Lei da Ficha Limpa. Roriz poderá ainda recorrer da decisão do ministro ao Plenário da própria corte.

Em 2007, Roriz renunciou ao mandato de senador quando havia a possibilidade de que se abrisse um processo de cassação de mandato no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Na época, a imprensa divulgou que Roriz fora flagrado em escutas telefônicas pela Polícia Federal discutindo a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Tarcísio Franklin.

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) impede a candidatura de políticos condenados em decisões colegiadas ou que tenham renunciado a mandato eletivo para escapar de processo de cassação.

Roriz também aguarda julgamento do recurso interposto junto ao TSE, em que solicita que seja reavaliada sua elegibilidade sem considerar as regras da Lei da Ficha Limpa. Enquanto isso, ele pode continuar fazendo campanha.

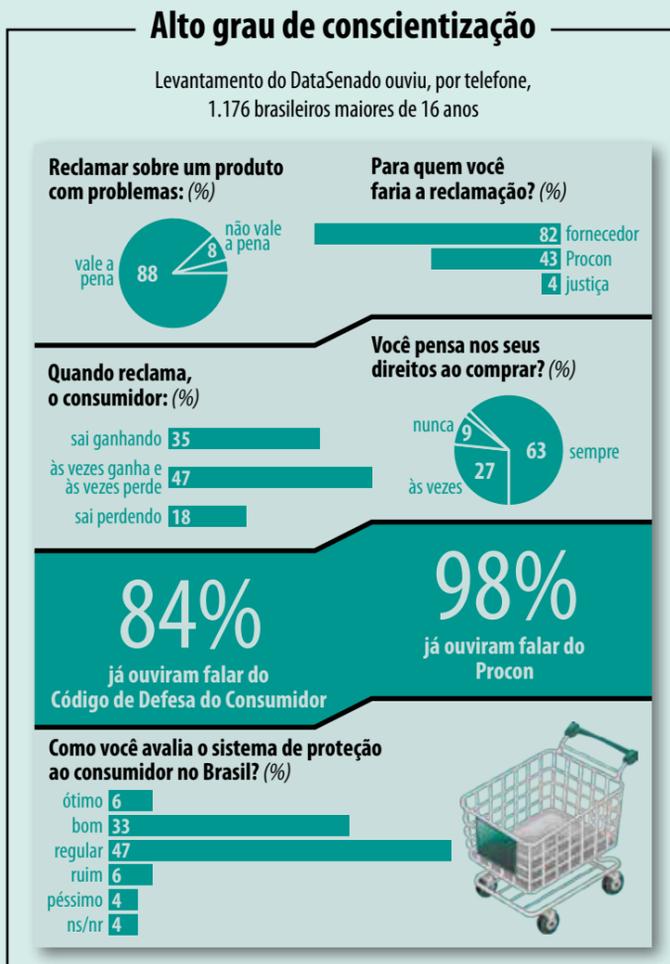
DataSenado mostra um consumidor mais consciente de seus direitos

Vinte anos após a entrada em vigor do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, pesquisa indica que maioria dos brasileiros já sabe a quem recorrer quando se sente lesada e que buscar o Procon, em geral, vale a pena

O CONSUMIDOR BRASILEIRO está mais consciente dos seus direitos e reconhece avanços nas leis que os garantem, como o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que completa 20 anos em 11 de setembro. Esse é um dos resultados da pesquisa do DataSenado realizada de 25 a 30 de julho, em 119 municípios, incluindo todas as capitais do país.

O levantamento – que ouviu por telefone 1.176 brasileiros maiores de 16 anos – mostrou que a maioria das pessoas, ao sair às compras, sabe da existência de uma legislação específica para proteger o cidadão dos abusos cometidos por empresas e prestadores de serviços: 84% dos entrevistados já ouviram falar no Código de Defesa do Consumidor e 98% conhecem a existência do Programa de Orientação e Defesa do Consumidor (Procon).

A pesquisa quis saber, ainda, se o brasileiro acha que vale a pena reclamar quando um produto comprado apresenta problemas e descobriu que quase 90% dos participantes acham válido reivindicar seus direitos de consumidor. Na hora de protestar, o mais comum é que o próprio vendedor seja procurado (82%). Em segundo lugar, os brasileiros recorrem ao Procon (43%).



Também foi possível constatar otimismo do consumidor brasileiro na solução de problemas com mercadorias e serviços: 35% acham que o consumidor sai ganhando quando reclama – o percentual representa quase o dobro dos

que acreditam que o consumidor sai perdendo nessa situação (18% dos entrevistados). A expectativa positiva aumenta à medida que crescem a escolaridade e a renda, chegando a 42% entre os entrevistados com nível superior.

Consenso entre especialistas é de que código precisa ser atualizado

Os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC) foram analisados durante ciclo de debates promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em três encontros realizados no primeiro semestre. Autoridades e estudiosos destacaram avanços promovidos pelo CDC e sugeriram mudanças visando à modernização na lei frente às novas relações de consumo.

O presidente da CMA à época, senador Renato Casagrande (PSB-ES), afirmou que muitos dispositivos inseridos no código há 20 anos estão hoje defasados, o que torna urgente a atualização da legislação. Ele sugeriu, por exemplo, a introdução de mecanismo de defesa do consumidor para diminuir as constantes reclamações do cidadão contra empresas que prestam serviços públicos – especialmente as de telefonia, energia, abastecimento de água e os bancos – e que lotam os tribunais de pequenas causas.

Casagrande também sugeriu

maior transparência nas decisões das agências reguladoras de serviços públicos, a começar pela aprovação de norma tornando públicas todas as suas reuniões.

Pacto

Entre os convidados, Ricardo Morishita, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, foi enfático ao afirmar que a aprovação do CDC em 1990 foi fruto de entendimento entre sociedade e mercado, tendo por base o princípio de que o lucro deve ser conquistado mediante a responsabilidade do fornecedor para com o consumidor.

Ele defendeu a modernização das normas vigentes, de forma a ampliar a proteção aos consumidores mais vulneráveis, como crianças e idosos.



Ricardo Morishita (E) e Renato Casagrande: acordo entre sociedade e mercado viabilizou CDC

Roberto Pfeiffer, diretor-executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) do estado de São Paulo, apresentou sugestões para atualizar o código. Ele sugeriu a regulação das tarifas dos cartões de crédito e a criação de um órgão próprio para tratar de recalls, com destaque para os de automóveis.

Já Bernardo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou-se

Lei melhora o comportamento de comerciantes

A existência do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) melhorou o comportamento dos comerciantes brasileiros, na opinião de 68% dos entrevistados. Na região Sul, 70% responderam que os comerciantes apresentaram uma mudança positiva por causa da lei, enquanto na região Norte a mesma percepção foi apontada por 61% dos entrevistados.

Quanto à eficiência da legislação brasileira em proteger o consumidor, os participantes tiveram opiniões divididas. Enquanto 43% afirmaram que a legislação é suficiente para protegê-los na hora de fazer compras, 57% disseram não acreditar na força da lei.

Por outro lado, quando avaliam todo o sistema de proteção ao consumidor no país, 39% dos entrevistados acham que a estrutura de proteção é ótima ou boa. Apenas 10% disseram que o sistema de proteção é ruim ou péssimo. Outros 47% disseram que o sistema é regular, indicando que a legislação e os órgãos de defesa ainda podem melhorar na proteção dos consumidores.

Comissão especial participa, em São Paulo, da terceira de uma série de oito audiências públicas externas para ouvir a sociedade e colher subsídios para aperfeiçoar o novo Código de Processo Civil, em tramitação no Senado desde junho

Relator diz que novo CPC será uma ferramenta para distribuir Justiça

A COMISSÃO ESPECIAL do Senado que analisa o projeto (PLS 166/10) de reforma do Código de Processo Civil (CPC) realizou ontem, em São Paulo, a terceira audiência pública externa para debater a proposta. Membros da magistratura, do Ministério Público, advogados, promotores e representantes do meio jurídico apresentaram sugestões ao relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS).

– Nenhum segmento será o dono do novo CPC e, ao mesmo tempo, todos serão proprietários dessa ferramenta para distribuir Justiça. Vamos aprovar um texto que atenda às demandas convergentes de toda sociedade – afirmou o senador.

Durante o evento, o representante do Centro de Apoio aos Juízes do Fórum João Mendes Júnior, juiz Ronnie Herbert Barros Soares, formalizou a entrega de um documento contendo 34 sugestões para o novo CPC.

Os juízes defendem a alteração da exigência (hoje em vigor) de que conciliadores e mediadores sejam advogados, visto que a



Mesa de trabalho em São Paulo: Valter Pereira (terceiro à esquerda) é o relator do projeto que moderniza o processo civil

experiência tem demonstrado que pessoas sem essa formação, como comerciantes, estudantes de Direito e líderes comunitários e religiosos, especialmente em cidades menores, colaboram de forma expressiva para a mediação de conflitos, sem a necessidade de formação especial.

O representante do governo

de São Paulo, procurador-geral Marcos Fábio Nusdeo, defendeu a regulamentação, no novo CPC, da figura do incidente de resolução de demandas repetitivas, que irá permitir que uma decisão igual para casos de massa sirva de parâmetro para a solução de outros a partir de uma única sentença.

O incidente de resolução é uma das novidades do anteprojeto de novo CPC elaborado pela comissão de juristas que trabalhou sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux. O anteprojeto foi convertido no PLS 166/10, que agora está em debate em oito capitais.

Gurgacz defende presença do Brasil no Haiti

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu ontem, em discurso, a participação do Brasil na Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e lamentou que os críticos das ações que o Brasil vem desenvolvendo ali não conheçam a realidade daquele país.

Gurgacz disse que ficou emocionado com o que viu em sua viagem ao Haiti na semana passada, onde esteve integrando uma comitiva de parlamentares e oficiais. Ele foi a Porto Príncipe a convite do Exército para acompanhar a troca de comando da força de paz brasileira que atua naquele país desde 2004.

O parlamentar condenou as críticas à ajuda brasileira. Gurgacz esclareceu, por exemplo, que as despesas do Brasil no Haiti são quase todas cobertas pela ONU, ficando apenas pequenos gastos por conta do governo brasileiro.

Além disso, afirmou Gurgacz, a atuação brasileira em forças de paz tem sido positiva para o país, tanto na área diplomática e comercial quanto no que diz respeito ao treinamento *in loco* – em situações reais – das Forças Armadas.

Senado presta homenagem a administradores de empresas

Os 45 anos da regulamentação da profissão de administrador foram lembrados ontem pelos senadores, que destacaram a importância deste profissional para o avanço econômico do país. Eles comentaram a evolução da atividade e suas perspectivas, bem como o seu compromisso social.

– O avanço da sociedade do conhecimento e os inexoráveis desafios da qualidade, produtividade, competitividade, inovação e sustentabilidade pediram uma urgente ascensão da categoria dos administradores ao topo da hierarquia das decisões. E isso ocorreu e continua ocorrendo num processo constante – observou Acir Gurgacz (PDT-RO).

Já Adelmir Santana (DEM-DF), ele próprio administrador de

empresas, ressaltou que, embora as disciplinas da área de gestão sejam relativamente recentes, o empreendedorismo é uma característica nata do brasileiro, e é fundamental para a construção de uma “nação próspera, sadia e solidária”.

Cristovam Buarque (PDT-DF), por sua vez, disse que ser administrador é muito mais do que transformar uma ideia num produto e levá-la para o mercado.

– Não basta ser um bom gestor de uma unidade produtiva. É preciso agir, para que o país inteiro tenha um bom funcionamento – disse. Participaram do evento, proposto pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), o presidente do Conselho Federal de Administração, Roberto Carvalho Cardoso; o presidente



Representantes dos administradores acompanham em Plenário a solenidade proposta pelo senador Marconi Perillo

do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, Carlos Alberto Ferreira Júnior; e o presidente do Congresso Nacional de Administração, Samuel Albernaz. Marconi não pôde comparecer – de acordo com Adelmir Santana – por questões

ligadas à campanha eleitoral.

Ao final da homenagem, o presidente do Conselho Federal de Administração disse que o curso de formação para a carreira é um dos mais procurados pelos jovens do país. De acordo com Roberto Carvalho Cardo-

so, que citou dados do último Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, existem hoje cerca de 1,8 mil escolas de administração no Brasil, 3.350 cursos autorizados e aproximadamente 780 mil alunos matriculados.

Adelmir sugere que escolas se aproximem do mercado



Adelmir Santana

Administrador de empresas, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) recomendou às universidades que aproximem os estudantes dos cursos de Administração “do mercado, das empresas públicas e privadas”. Para ele, as chamadas “consultorias juniores” precisam de mais incentivo, pois são fundamentais na formação dos universitários.

Adelmir disse que esses profissionais ajudam a gerar riquezas, contribuem para eliminar desperdícios e aumentam a agilidade das empresas. Para o senador, o crescimento da economia vem exigindo cada vez mais administradores de elevada qualificação, inclusive para ajudar as empresas brasileiras no mercado internacional.

Sociedade exige mais dos profissionais, afirma Gurgacz



Acir Gurgacz

A profissão de administrador vem ganhando cada vez mais importância devido às mudanças nas relações profissionais e aos novos formatos de trabalho.

A opinião é do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que participou ontem da homenagem no Senado.

– Da mesma forma cresce a quantidade de conhecimentos necessários para esse profissional, como Direito, Contabilidade, Economia, Matemática, Estatística, Psicologia, Sociologia e Informática. Essa ciência humana é jovem, tem apenas 45 anos, na prática, mas é uma das que mais se desenvolveu ao longo dos últimos anos – afirmou Gurgacz.

Cristovam pede ajuda para que o país funcione melhor



Cristovam Buarque

Ao fazer uma distinção entre “administrar no Brasil” e “administrar o Brasil”, Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que todo administrador deveria ir além de suas ocupações cotidianas na gestão de uma empresa, esforçando-se também para fazer com que o país tenha um bom funcionamento nos campos, por exemplo, da saúde e educação públicas.

– Se quiser ser apenas um administrador no Brasil, basta ter o diploma. Mas, se quiser ser um administrador do Brasil, é preciso incorporar na alma desse administrador profissional o sentimento de nação, o compromisso com o coletivo e a militância para que esse coletivo seja atendido corretamente – disse.